

A OFENSIVA DO CAPITAL A PARTIR DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL: AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO PIAUÍ¹

THE OFFENSIVE OF CAPITAL FROM NEOLIBERAL IDEOLOGY: THE PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS IN PIAUÍ

Léia Lima SOARES*
Masilene Rocha VIANA**

Resumo: Empenha-se neste artigo apresentar o debate sobre as Parcerias Público-Privado, o desmonte no setor de serviços públicos e outras expressões da ofensiva do capital sobre o trabalho, concatenando-as à discussão do neoliberalismo enquanto superestrutura ideológica em defesa do livre-mercado, bem como o esforço de sistematizar como o Piauí, por meio das PPPs alinha-se aos interesses do mercado. A reflexão parte da compreensão da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, que marcou o fim dos “anos dourados” e das políticas keynesianas de intervenção estatal, momento em que se inaugura uma nova fase de acumulação capitalista com exigências de mudanças organizacionais e de gestão do trabalho. No Brasil, o efeito desta crise, manifestou-se pelo crescimento de juros da dívida externa, acompanhada da prescrição de ajustes fiscais que sob impulso do neoliberalismo a partir dos anos 1990 impulsiona a “Reforma do Estado” e seus corolários, privatizações, desregulamentações e abertura para o mercado.

Palavras-chave: Parcerias público-privada. Neoliberalismo. Trabalho.

Abstract: This paper presents the debate on Public-Private Partnerships, the dismantling of public services and other expressions of the capital offensive on labor, linking them to the discussion of neoliberalism as an ideological superstructure in defense of the free market, as well as the effort to systematize like Piauí, through PPPs, is aligned with the interests of the market. The reflection starts from the understanding of the structural crisis of capitalism in the 1970s, which marked the end of the "golden years" and Keynesian policies of state intervention, when a new phase of capitalist accumulation is inaugurated with demands for organizational and management changes of work. In Brazil, the effect of this crisis was manifested by the growth of interest on external debt, accompanied by the prescription of fiscal adjustments that, under the impulse of neoliberalism from the 1990s, drive the "Reform of the State" and its corollaries, privatizations, deregulations and opening to the market.

Abstract: Public-private partnerships. Neoliberalism. Work.

Submetido em 12/02/2019.

Aceito em 14/04/2020.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Bacharela em Serviço Social (UFPI). Mestre em Políticas Públicas (UFPI) e doutoranda do Programa de Políticas Públicas da UFPI. E-mail: <leiah_lima@hotmail.com>.

** Professora da Universidade Federal do Piauí, atuando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e no Departamento de Serviço Social. Bacharela em Serviço Social (UFPI). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Endereço Institucional: Departamento de Serviço Social da UFPI, Centro de Ciências Humanas e Letras, Campus da Ininga, Teresina-PI, CEP 64.049-550. E-mail: <masilene@uol.com.br>.

Introdução

A grande crise estrutural do capitalismo no pós-segunda guerra que atingiu os países capitalistas centrais em meados dos anos 1970, marcou o fim dos trinta anos gloriosos e solapou as políticas keynesianas de intervenção do Estado, inaugurando uma nova fase de acumulação capitalista com exigências de mudanças nos padrões organizacionais e de gestão do trabalho. Entrementes, o neoliberalismo enquanto superestrutura ideológica ampliou seu raio de ação e intensificou suas propostas por meio do culto ao individualismo, à competitividade e ao livre-mercado.

Em países semiperiféricos, tal qual o Brasil, os efeitos da crise do petróleo e do aumento das taxas de juros apareceram sob a forma de crises da dívida externa e subsequente pressão de organismos financeiros internacionais para realizarem ajustes fiscais, privatizações, desregulamentações e abertura para o mercado. As eclosões das crises de dívida externa nos países em desenvolvimento precederam outra grande crise estrutural do capitalismo no século XXI, conhecida como crise imobiliária de 2007-2008, atestando a inerência entre a reprodução do capital e suas crises. O antídoto para esta crise eminentemente financeira do capital, assim como a crise dos anos 1970 seria formulada a partir de seu próprio veneno originário, o neoliberalismo e suas estratégias de desregulamentação do mercado, flexibilização, precarização e novas formas de exploração do trabalho para atender as necessidades do capital financeirizado e globalizado.

Os efeitos da vaga neoliberal no Brasil nos últimos anos do século XX atestaram a maleabilidade do capital em superar suas crises e a expansão sem precedentes de sua dimensão ideológica. A superestrutura do Estado burguês encontrara refúgio e mais vigor com a infusão do neoliberalismo, globalização, *pós-modernismo*, *neodesenvolvimentismo*, desenvolvimento sustentável, dentre outros neologismos que reúnem distintos corpos teóricos que buscam significar, justificar ou consolidar os preceitos do capitalismo em seu estágio avançado. Por certo, tais efeitos pronunciariam para o século XXI, o recrudescimento da ofensiva do capital sobre o trabalho e novos desafios para as lutas populares e classistas.

A era neoliberal inaugura no país o deslocamento da centralidade do Estado como principal impulsionador do desenvolvimento nacional desde os tempos varguistas e passa a cultuar a esfera do mercado por meio da difusão de argumentos e propagandas ideológicas que desqualificavam o Estado e ofereciam a privatização como solução para os problemas fiscais e econômicos. Precisamente a partir da década de 1990, no Brasil da era globalizada triunfa no plano político-ideológico a “falência do Estado”, que segundo Fiori tratou-se de um diagnóstico liberal-conservador cujo desenlace nos levou ao programa de destruição do Estado e não de reforma (FIORE, 1997, p.150).

Sob o governo Collor e seu Programa Nacional de Desestatização, o Estado brasileiro assume o modelo neoliberal de privatização, abertura econômica e reestruturação produtiva com rebatimentos drásticos para a classe trabalhadora, demissões em massa e flexibilização da jornada de trabalho. Segundo Martuscelli (2005, p.17) foram privatizadas 18 empresas estatais durante o governo Collor principalmente nos setores da siderurgia e petroquímica, totalizando US\$ 4 bilhões nas vendas. Dando continuidade ao

projeto de modernização neoliberal, o professor Fernando Henrique Cardoso que em suas análises já resignava o Brasil à condição de “sócio menor”, enquanto país de desenvolvimento dependente e sustentado pelo tripé associação de capital estatal, privado nacional e internacional, amplamente executado durante regime militar, durante seu governo aumentou drasticamente nossa dependência à economia internacional, restando às empresas nacionais a internacionalização ou a quebra. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso houve a privatização maciça da telefonia, da comunicação e de parte do setor elétrico; no entanto a dívida líquida do setor público apenas aumentou nos anos seguintes (FIORI, 1997, p.177-185).

O governo Lula para enfrentar a derrocada econômica de endividamento herdada do governo anterior, buscou retomar o desenvolvimento econômico combinando estabilidade monetária e políticas de distribuição de renda, priorizando projetos de integração nacional e políticas sociais, caracterizando um governo do tipo pós-neoliberal, segundo Emir Sader (2013, p.139). Desde 2003, as privatizações foram paralisadas e buscou-se fortalecer a gestão operacional e técnica do Estado, buscando superar o déficit comercial pelo dinamismo da economia interna. No entanto, a crise mundial de 2008 iniciada nos Estados Unidos, estimulou a desregulamentação do mercado em diversos setores, com incorporação da iniciativa privada nas políticas de saúde, educação, entre outras, favorecida pela lógica capitalista de subsídios em detrimento dos interesses públicos e direitos de cidadania (POCHMANN, 2013, p.155). Durante o governo Dilma, em 2015 foi anunciado o pacote do Programa de Investimentos em Logística (PIL) que realizaria concessões na área de infraestrutura. Foram privatizados ativos da Petrobrás, bem como portos e aeroportos durante seu governo (PANORAMA...2020).

Com o golpe de 2016, o governo Temer retoma celeradamente as privatizações em diversos setores. Segundo Dantas (2016) ampliando seu raio de ação, que se antes atingia as empresas estatais de alguns setores econômicos, agora passa a incluir sem reservas, serviços essenciais, minérios e recursos naturais a serem entregues ao mercado rentista e especulativo. De acordo com Costa (2018, p.84), se antes praticava-se um capitalismo de Estado neocorporativista que se sustentava com capitais de origem pública, privada nacional, estrangeira e trabalhista, agora a utopia do capitalismo do livre mercado passa a ser difundida e praticada com prejuízos imensuráveis à classe trabalhadora.

É sobre esta nova conjuntura ultraliberal de ofensiva do capital sobre o trabalho que refletimos; no intento de compreender as atuais formas de privatização de empresas, serviços e recursos brasileiros, alinhadas a lógica de acumulação financeira e globalizada do capital, discutida na primeira seção, em particular no que tange às privatizações nos setores de serviços essenciais indicando seus rebatimentos no trabalho, os desafios para o movimento sindical e o ônus para os usuários dos serviços, agora transmutados em consumidores. Os esforços de reflexão, sobretudo na segunda seção deste artigo, reúnem-se em torno das especificidades de tais processos na realidade local do Piauí, considerando a carência de estudos e pesquisas sobre os efeitos do neoliberalismo e das atuais estratégias de privatização que assolam o trabalho e impõem novos horizontes de luta para o movimento sindical.

1. Restauração capitalista² sob a hegemonia neoliberal

Hobsbawn (1995, p.203) explica que o período dos trinta anos dourados, passados entre as décadas de 1940 e 1970 configurou um *boom* de crescimento econômico em escala mundial. Ainda que a riqueza, os ganhos econômicos e sociais das políticas de pleno emprego e de bem-estar social tenham pertencido essencialmente aos países desenvolvidos, em larga escala a produção agrícola cresceu mesmo em países não industrializados, favorecendo o aumento populacional, a expansão da industrialização e da produção em massa fordista para novos mercados. Além disso, a revolução tecnológica expandiu-se para consumidores de países capitalistas ricos e pobres por meio da globalização e internacionalização da economia, significando uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo por meio da democratização do mercado.

O declínio do padrão taylorista-fordista fundamentado no intervencionismo keynesiano e a profunda crise instaurada nos anos 1970 que marcou o fim dos anos de “ouro” ou trinta anos “gloriosos”, colocou em curso profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais como salvaguarda do capitalismo ante à crise deflagrada pelos aumentos nos preços do petróleo e o colapso do ordenamento financeiro mundial, circunstância em que o petrodólar solapa o padrão-ouro no sistema monetário de reserva internacional.

Ao tempo em que a crise exposta a partir dos anos 1970 favoreceu o declínio dos preceitos keynesianos, da intervenção estatal que regularia as crises do sistema de forma a garantir o pleno funcionamento e a expansão do mercado, também significou o recuo do crescimento econômico e a recorrência de crises. Como enfatizam Netto e Braz (2006, p.214), “a onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

À sucessão de crises seguiu-se um conjunto de teses no debate quanto as explicações e as saídas para o processo de crise do capital que reunidas sob o manto teórico do “pós-fordismo” argumentavam - preconizando o fim da sociedade do trabalho (André Gorz, Claus Offe, Jürgen Habermas, Robert Kurz) – que a reestruturação produtiva e o progresso da técnica cumpririam as novas exigências da acumulação do capital. Com tal processo de reestruturação ocorreria flexibilização dos processos produtivos por meio da mudança do padrão técnico, introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, desregulamentação do trabalho, dentre outras transformações econômicas, societárias, políticas, inclusive culturais com rebatimentos profundos sobre os trabalhadores.

Contribuindo para interpretar tais mudanças abissais em curso a partir da década de 1970, sobretudo no âmbito cultural, David Harvey (2008) critica e questiona a pós-modernidade, como categoria utilizada para qualificar as novas experiências relacionadas ao tempo e espaço que alteram o modo de vida e a subjetividade de cada um no intuito de moldá-la ao novo padrão de acumulação flexível. A crítica de Harvey

² Termo utilizado por Ruy Braga (1996) em sua análise sobre a crise orgânica do capital e os contemporâneos processos de organização da produção e do trabalho, a exemplo da reestruturação produtiva, como funcionais à acumulação do capital e sua restauração.

consiste menos em refutar a existência da condição pós-moderna, do que compreender como sua simbologia e estética são funcionais aos propósitos de acumulação capitalista. Para ele, “a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo” (HARVEY, 2008, p.305), ou mesmo a concebe como a própria expressão da lógica cultural do capitalismo.

O período pós segunda guerra circunstanciou igualmente o nascimento e ascenso do neoliberalismo que oportunamente ganha terreno para sua difusão com a grande recessão econômica dos anos 1970. Com o objetivo de contrapor-se ao Estado intervencionista e de bem-estar, o neoliberalismo de acordo com Boito Júnior (1999, p.125) sugere eliminar qualquer tipo de barreira ao desenvolvimento do livre mercado, garantir a concorrência e a soberania do consumidor. No entanto, tal ideologia oculta a natureza classista burguesa, tratando-se na realidade de uma política funcional ao imperialismo e ao capital financeiro que realiza a concentração de renda e aumento da desigualdade social.

Perry Andersen (1995) ressalta que o neoliberalismo foi gestado como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” a partir da obra *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek em 1944. No entanto o crescimento econômico da era do ouro do capitalismo não oportunizara pôr em prática suas teses, as quais ganharam terreno fértil a partir da crise dos anos 1970 em que o capitalismo entrara em recessão profunda com baixo crescimento e altas taxas de inflação. A receita neoliberal para a crise foi praticada nas diversas partes do mundo com a desregulação, repressão sindical, desmonte dos serviços públicos, privatização, desemprego em massa, contenção de gastos com políticas de bem-estar e reduções de impostos sobre altos rendimentos. De acordo com Perry Andersen (1995, p.22) fracassou economicamente, porque não conseguira retomar o crescimento dos anos dourados, mesmo assim a grande sacada neoliberal se deu no plano político e ideológico.

A hegemonia neoliberal afirma-se com a dominação capitalista, principalmente após a crise dos países comunistas e desenvolve, segundo Harvey (2011), processos sociais funcionais à difusão de seus valores e objetivos, tais como o individualismo, a criação de necessidades, desejos de consumo e a alienação que encontraram alento no pensamento pós-moderno. Conforme Carcanholo e Baruco (2008), nesta fase do capitalismo contemporâneo, maduro ou flexível, globalizado e internacionalizado, pós-modernismo e neoliberalismo se complementam como duas facetas do mesmo pensamento de afirmação hegemônica do capitalismo. Afirmam que “a postura prática do pós-modernismo é de não contestar a lógica capitalista como ela de fato é. Deliberadamente ou não, a resignação pós-moderna equivale à defesa neoliberal de que é impossível contestar um sistema vitorioso e que veio para ficar” (CARCANHOLO; BARUCO, 2008, p.14).

Assim, a pós-modernidade e o neoliberalismo como perspectivas ideológicas funcionais à manutenção do capitalismo na contemporaneidade alcançam países centrais e periféricos do capitalismo global, nos quais é possível encontrar realidades e processos antagônicos, se observarmos por exemplo, o avanço das novas tecnologias e informação nos mais remotos rincões empobrecidos do mundo, os

processos de gentrificação que realizam o *apartheid* urbano, e a desigualdade social que faz com que com que coexistam realidades de desenvolvimento e atraso, modernidade e violência, e ações possíveis de causar prejuízos ambientais irreparáveis.

Lojkine (2007) identifica ainda a partir da crise dos anos 1970, mudanças no âmbito das relações sociais e do trabalho que se deram a partir das transformações tecnológicas e informacionais, ao que o autor designa Revolução Informacional, ante a magnitude deste conjunto de transformações ocorridas no século XX nos países desenvolvidos, em analogia à relevância que teve a Revolução Industrial para o século XIX. Conforme assevera Lojkine (2007, p.39), “a mutação – evidente – não pode ser separada de sua ‘tradução’ capitalista (as novas formas de desregulamentação social, as pressões sobre os custos da mão de obra, sobretudo aquilo que serve para sua proteção), em função dos objetivos de rentabilidade de fôlego curto”.

Tal política neoliberal, acolhida pelo capitalismo juntamente com ideologias e estratégias capazes de salvaguardar a acumulação do capital e promover a livre expansão do mercado, funciona de acordo com Boito Júnior (1999, p.30) através do tripé privatização, abertura comercial e desregulamentação financeira. Incontestáveis são os impactos e as mudanças drásticas no mercado de trabalho e no movimento sindical perpetradas nesta nova fase de capitalismo avançado, afinal o conflito capital e trabalho continua sendo o cerne da reprodução do capital.

Sobre isto, José Meleneu Neto (1998) argumenta como o desemprego funciona como instrumento fundamental para a restauração da economia pela lógica das classes dominantes. Longe de ser um fenômeno natural como intenta difundir a ideologia neoliberal, a expansão do exército industrial de reserva passa a ser estratégico, a medida em que as distintas situações relacionadas ao desemprego, tais como como a falta de opção de escolha de trabalho e de demissão voluntária, a submissão dos trabalhadores a quaisquer condições de emprego a fim de garantir a sobrevivência, dentre outras, mina a capacidade organizativa e de resistência dos trabalhadores.

A fragilização da posição dos trabalhadores deixa de ser o mero produto de fatores objetivos, para ser a pré-condição para elevar a lucratividade por meio da intensificação do trabalho. E se há um sentido no desemprego como pressuposto da reestruturação, este é o do enfraquecimento da capacidade de resistência coletiva dos trabalhadores. A ofensiva do capital contra os sindicatos está longe de ser uma “fábula”, ela está na base do modelo japonês adotado pelas empresas no Brasil e no resto do mundo (MELENEU NETO, 1998, p.89).

Importante assinalar como aponta Giovanni Alves (1998, p.131-2) que este contexto de ofensiva do capital sobre o trabalho e crise do sindicalismo que ocorrera nos EUA, Europa Ocidental e América Latina (Chile, México e Argentina) não se apresentara ao mesmo tempo no Brasil. Enquanto nestes países, as políticas neoliberais já eram aplicadas de forma hegemônica após períodos de hiperinflação, conforme

orientações do Consenso de Washington, entre nós, a década de 1980 significou na verdade o momento de ascensão do “novo sindicalismo” combativo e de resistência às propostas neoliberais³.

É após a queda do muro de Berlim, da dissolução da URSS, e das deliberações do Consenso de Washington, que no início dos anos 1990, durante a vigência do governo Collor, o neoliberalismo é gestado no Brasil como parte do ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital internacional, através da inserção do país no circuito mundial de reestruturação produtiva tanto para deter a recessão quanto para promover novo padrão de competição baseado no aumento da produtividade. O “Plano Brasil Novo” de Collor tinha como meta a abertura da economia por meio de eliminação das barreiras tarifárias e do processo de desestatização efetivado por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND) que colocava na ordem do dia as privatizações definindo a lista de empresas públicas e as regras para venda em leilão. (PEREIRA, 2007, p.155).

No plano simbólico, o governo também investia na difusão publicitária de que o peso do Estado entravava o desenvolvimento econômico e a justiça social como forma de legitimar as ações de transferência das empresas públicas ao setor privado, cujas primeiras atingidas foram as do ramo siderúrgico, o que abriu precedentes para uma sucessão de privatizações valendo-se de ofensivas e estratégias de convencimento e desmobilização dos trabalhadores de diversos setores (PEREIRA, 2007, p.153 -9).

As mudanças em curso no Brasil do século XXI com base no ideário neoliberal impuseram-se de tal forma que se tornou recorrente nas análises econômicas, considerar inconcebível, políticas baseadas no nacional desenvolvimentismo, pois o caráter universalista das políticas já não respondia aos contornos peculiares da contemporaneidade, que passa a exigir a inclusão, o respeito às diferenças e políticas focalizadas, que apenas seriam contempladas a partir de um desenvolvimento de novo tipo: o “neodesenvolvimentismo” como política neoliberal alternativa concebida nos limites do capitalismo contemporâneo (TEIXEIRA, 2016, p.94).

Giovanni Alves (2016), aponta o neodesenvolvimentismo como o projeto burguês em que o Brasil se apresenta como terreno fértil por manter enorme contingente de trabalhadores à margem do consumo, ou seja, o *subproletariado*, que serve para alimentar a ilusão de modernização periférica.

Além das misérias modernas, nos oprime uma série de misérias herdadas do modo de entificação do capitalismo no Brasil: capitalismo dependente, hipertardio de via prussiana e extração colonial – escravista. Portanto, na medida em que o neodesenvolvimentismo demanda redistribuir renda e diminuir a desigualdade social, ele tenta recobrar o povo não das misérias modernas, mas das misérias herdadas do nosso passado colonial-escravista (ALVES, 2016, p.114).

³ A agenda do governo Sarney (1985-1990) já seguia a orientação neoliberal, mas, é principalmente a partir dos anos 1990, nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que se consolidam os projetos neoliberais por meio da abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado. Salienta-se a proposta de Reforma do Estado formulada por Bresser Pereira à época ministro de Administração e Reforma do Estado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e um dos principais impulsionadores da proposta que em amplo escopo visava delimitar o tamanho do Estado.

Assim, apesar dos avanços sociais promovidos pelo neodesenvolvimentismo (políticas de redistribuição de renda) no Brasil e a ampliação do consumo que levou à ascensão de uma nova classe média, Alves (2016) sustenta que tais avanços apenas escondem a *miséria do trabalho* no Brasil. Ou seja, criou-se uma classe seduzida pelo consumismo aos limites de seu assalariamento que podem utilizar linhas de crédito e ostentar determinados padrões de consumo na posse de bens e serviços e no acesso a diversos espaços e equipamentos da cidade, mas por lado formou-se novos pobres, excluídos do consumo, da cidade e que não dispõem de renda sequer para acessar os serviços essenciais, que vem sendo privatizados.

Assim, como ocorreu com a educação e a saúde, o controle dos monopólios naturais através da desregulamentação e da expansão do mercado sobre os serviços essenciais de infraestrutura urbana, telefonia, transporte, saneamento básico, água e energia, iniciado desde os anos 1980, ganha novo impulso no governo Temer, que tem arrematado tais projetos. As propostas do governo Temer, extraídas do documento “Ponte Para o Futuro” do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), consolidam a clássica estratégia neoliberal que consiste em difundir a crise fiscal e falência do Estado brasileiro, para viabilizar o retorno a privatização e a mercantilização de serviços e direitos. Prova deste retrocesso está na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016 que vigorará por meio de vinte exercícios financeiros (20 anos) de restrição às despesas no âmbito dos três poderes da União, gerando prejuízos para os setores da previdência social, saúde, educação, assistência social, cultura, esportes, funcionalismo, dentre outros.

Rombaldi (2007) em pesquisa acerca do processo de privatização das telecomunicações no Brasil no final dos anos 1990 e as implicações para o trabalho e os sindicatos no setor, identificou mudanças nas relações de trabalho, tais como instabilidade no emprego, terceirização, fragmentação geográfica, flexibilidade dos vínculos empregatícios, baixos salários e adoção de diversas formas de trabalho flexíveis e por outro lado, altas taxas de desemprego no país (ROMBALDI, 2007, p.198-109).

Além das contrarreformas trabalhista e previdenciária em curso que causam a perda dos direitos conquistados ao longo dos anos pela classe trabalhadora intensificando o embate entre capital e trabalho, concomitantemente assistimos à abertura ao mercado externo e a venda do patrimônio público com o fito de gerar receita sob a ilusão de atingir o equilíbrio fiscal. As consequências para os cidadãos, trabalhadores e usuários dos serviços com a privatização são drásticas, pois a lógica do mercado está mais preocupada com a obtenção dos lucros e menos com a qualidade dos serviços. Nesta conjuntura de flexibilização do trabalho no Brasil, terceirizações, negociações entre trabalhador e patrão e o estabelecimento de diversas formas de contrato precário, os trabalhadores ficam mais distantes da Justiça e o Estado com menos controle sobre as condições de trabalho.

O Relatório da Organização Internacional do Trabalho “Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018” (ILO, 2018) aponta que o desemprego na América Latina e Caribe - que atingiu a taxa de 6,1% em 2014, considerada a mais alta perda dos últimos anos-, está distante de se recuperar, estando previsto apenas uma queda marginal da taxa de desemprego até 2019.

No Brasil, o aumento do desemprego nesse período, conforme o quadro 1, é consequência da crise política que se estende desde o governo Dilma incluindo o processo de seu *impeachment* até o governo Temer, em que a expectativa e confiança de investidores estrangeiros diminuíram, impactando, dessa forma, o nível de atividade econômica, representada pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país (Ver Quadro 2). Essa mudança conjuntural vivenciada na política brasileira recente, acaba por refletir-se na estrutura econômica do país, atingindo de forma direta a classe trabalhadora, situação que perpetua a condição de dependência do Brasil em relação às empresas e investimentos estrangeiros. No quadro a seguir observa-se a crescente de desemprego nas regiões metropolitanas com mesma tendência para as demais regiões brasileiras.

Quadro 1- Taxas de desemprego: Regiões Metropolitana e Distrito Federal

Períodos	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo
2012	11,8	7,0	17,7	10,8
2013	-	6,4	18,3	10,3
2014	-	5,9	17,4	10,8
2015	13,6	8,7	18,7	13,2
2016	17,8	10,7	24,1	16,8
2017	19,3	11,2	24,1	18,0

Fonte: (DIEESE, 2018b)

(-) *Dados não disponíveis*

Quadro 2- Variação do PIB total e per capita no Brasil

Ano	Variação do PIB total	Variação do PIB <i>per capita</i>
2008	5,1%	4,0%
2009	-0,1%	-1,2%
2010	7,5%	6,5%
2011	4,0%	3,0%
2012	1,9%	1,0%
2013	3,0%	2,1%
2014	0,5%	-0,4%
2015	-3,5%	-4,3%
2016	-3,5%	-4,2%
2017	1,0%	0,2%

Fonte: (IBGE, 2018)

Segundo aponta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), após aumento do desemprego consequentemente houve aumento do número de pessoas trabalhando por conta própria. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que em 2017 cinco milhões de brasileiros teriam passado a trabalhar por conta própria há menos de dois anos e com rendimento aproximadamente 33% menor dos que já eram autônomos, enfrentando um

trabalho precário e ocupações elementares, tais como faxineiros, pedreiros, preparadores de comidas etc. (DIEESE, 2018c).

Rosso (2017) mostra como o Brasil nesta fase neodesenvolvimentista, introduz a flexibilidade laboral, acompanhando a tendência mundial ditada pela hegemonia neoliberal. Tal mecanismo de acumulação capitalista é capaz de transformar os tempos de não trabalho em tempos de trabalho ao tempo em que expõe seu grande ardil: tornar a produção de valor mais produtiva para atender as necessidades do capital em detrimento do trabalhador. Para o autor, “tal flexibilidade [...] parece ser uma característica de países em que a construção dos direitos do trabalho está em andamento, donde procede a imagem de uma transição ‘incompleta’, sendo uma representação quente do grau desmesurado da exploração da força do trabalho” (ROSSO, 2017, p.176).

Ainda de acordo com o DIEESE o mercado de trabalho brasileiro estagnou com os impactos da reforma trabalhista e a situação piora em 2018, com o aumento do número de desocupados, trabalhadores sem carteira assinada e a diminuição das negociações coletivas de trabalho, mudanças drásticas resultado de condições macroeconômicas. O agravamento da crise fortemente expresso na greve dos caminhoneiros ante a escalada dos preços dos combustíveis, ainda que não tenha gerado mudanças na política de preços determinada pela Petrobrás que beneficia acionistas, gerou a ampliação do debate e articulação de categorias e entidades contra os processos de privatizações na Petrobrás e Eletrobrás e diversas outras investidas privatizantes do governo sob o argumento de alocar recursos para aplacar a crise (DIEESE, 2018a).

Em síntese, as privatizações voltam a ter prioridade na agenda política e econômica do governo de forma irrestrita em que União, Estados e Municípios articulam a transferência de estatais e serviços públicos para a iniciativa privada e acionistas do mercado externo sob o argumento da necessidade de sanear os gastos das contas públicas, com uma prática de austeridade.

As Parcerias Públicas Privadas (PPPs), conforme Di Pietro (2009), representam um arranjo de cooperação entre setor público e privado com compartilhamento de riscos e objetivos comuns, que envolvem desde licitações passando por concessões, permissões, convênios, contratos de gestão, terceirizações. Além disso, surgiram os consórcios públicos para a gestão de serviços comuns das partes, contratos de programas, franquia, arrendamento de áreas e instalações, enfim novas formas de parceria que vem crescendo diante da possibilidade de investimento e lucratividade sobretudo nas áreas de transportes, saneamento e saúde, tidas como deficitárias. Esta diversidade de parcerias implica graus de responsabilidades e obrigações de cada ente, estatal ou privado, a depender da modalidade, o que será explorado na segunda seção.

Ante o transcorrer da ofensiva do capital sobre o trabalho, por meio do desmonte do Estado, da retirada de direitos da classe trabalhadora e as investidas contra o próprio movimento sindical, ampliam-se os desafios para o conjunto dos cidadãos e movimentos sociais contra os projetos privatizantes e pela reestatização dos serviços essenciais à coletividade e do patrimônio público do país.

2. Relação Público-Privado e as PPPs no Piauí

Nos contextos de crise do capital, portanto, coloca-se na ordem do dia de diversos governos, encontrar estratégias de superação no âmago do neoliberalismo. No Piauí, seguindo a tendência nacional a proposta de Reforma do Estado e alternativas de gestão de serviços públicos surgem como solução para os problemas presentes nas mais diversas políticas de provisão de serviços públicos, não sem investidas severas aos direitos da classe trabalhadora. Privatizações e experiências correlatas de transferência de serviços à iniciativa privada têm sido incluída nas agendas governamentais desde a década de 1990 no país, dissolvendo os limites da relação público-privado e provocando o desmonte das políticas públicas, dos direitos sociais.

De acordo com Sales (2009, p.27) a Reforma do Estado iniciada pelo governo Fernando Henrique Cardoso era tratada como uma tarefa necessária para a superação da crise fiscal, visando a modernização da administração pública e a substituição do modelo burocrático por um gerencial, com vistas a elevar a eficiência da máquina estatal.

A descentralização de serviços públicos com vistas à privatização, conforme Di Pietro (2009) surgiu com o movimento de Reforma do Estado, quando por meio da substituição de funções da Administração Pública para a empresa privada, buscava-se enfrentar a crise financeira. O primeiro instituto de concessão em sua forma comum ou tradicional está disciplinado pela Lei desde Nº 8.987/95, quando o termo “parceria” já era utilizado em amplo sentido para designar as relações público-privado em matéria de interesse público. No entanto foi a partir da Lei 11.079 que surge a parceria público-privado (PPP) sob duas modalidades: concessão patrocinada e concessão administrativa (DI PIETRO, 2009, p.63-65).

A diferenciação entre estas três formas de delegação do serviço público encontra-se na forma de remuneração de cada uma: na *concessão comum* a remuneração é constituída pela tarifa paga pelo o usuário ou outra forma proveniente do próprio serviço; na *concessão patrocinada* há uma conjugação da tarifa paga pelo usuário com a contrapartida do parceiro público paga ao privado; enquanto na *concessão administrativa* a remuneração básica depende da contrapartida repassada do parceiro público para o privado (DI PIETRO, 2009, p.64). Apesar dessas diferenças, concordamos com a autora quando diz que: “a concessão de serviços e obras públicas e os vários modos de parceria com o setor privado, inclusive a parceria público-privada, constituem formas de privatizar” (DI PIETRO, 2009, p.8).

Quanto às transformações no mundo do trabalho inauguradas com o processo de reestruturação produtiva no Piauí, inserido nacional e internacionalmente nas estratégias de acumulação capitalista, registra-se esforços na tese de Macambira (2002) na qual o autor analisa a partir de estudo de caso no setor industrial do Estado, como o Piauí insere-se no processo de reestruturação produtiva desde o início dos anos 1990, indicando os efeitos das alterações no mundo do trabalho, o problema da precarização do mercado de trabalho e do desemprego, além da crise que assola o movimento sindical.

De acordo com Sales (2009) paralelo à onda de modernização administrativa que desde a década de 1990 esteve presente na agenda pública brasileira, no Piauí o processo de “modernização administrativa”

teve início a partir de 2003. Analisando o desenvolvimento da economia local e as taxas de desemprego no Piauí, observa-se que o período em que há um saldo negativo dos empregos formais é o mesmo em que há uma queda no nível da atividade econômica.

Quadro 3 - Evolução do saldo do emprego formal no Piauí

ANO	SALDO
2012	12.471
2013	12.945
2014	11.558
2015	-2.140
2016	-12.612
2017	4.540
2018 (até julho)	2.712

Fonte: IBGE (2020)

Conforme o Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), os dados em relação ao desemprego no período de 2012 a 2017 no Piauí refletem a diminuição do nível da atividade econômica, principalmente no período entre 2015 e 2016. As quantidades de pessoas desligadas dos seus postos de trabalho ultrapassam a quantidade de pessoas admitidas no período, esboçando um saldo negativo nos postos de trabalho (BRASIL, 2018).

Ao lado da reestruturação produtiva neste quadro mais amplo da propagada “crise fiscal” do Estado, são regulamentadas no Brasil pela Lei Federal nº 11.079, de 2004, durante o governo Lula, as PPPs dando continuidade à política de privatização do setor público. Sob um discurso mais abrandado de “parceria” que visa convencer quanto à eficiência nos serviços e à coletividade em relação ao Estado, as parcerias público-privado apenas reforçam a diminuição da esfera pública, ou ainda viabilizam a “mudança da matriz estadocêntrica a uma matriz sociocêntrica”, apreçoada por Nuria Grau (1998, p.208).

No Piauí, o Programa de Parcerias Público-Privadas foi instituído pela Lei Nº 5.494, de 19 de setembro de 2005. O primeiro contrato de PPP firmado entre o Governo do Estado e ente privado foi assinado em 2015 pelo governo Wellington Dias no setor rodoviário com vistas à “modernização” dos terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano. O evento celebrado pelas partes e pela mídia local é difundido como algo benéfico para sociedade, através de reformas modernizantes e melhorias para o público, no entanto, questiona-se se as parcerias público-privado conseguem atender aos serviços públicos promovendo a universalização do acesso ou mais se aproximam da lógica excludente promovida pelos processos de globalização e mercantilização.

De acordo com dados da Superintendência de Parceria e Concessões (SUPARC), unidade administrativa ligada à Secretaria de Estado Administração e Previdência (SEADPREV) responsável pelo gerenciamento do Programa de Parceria Público-Privadas do Estado do Piauí, seis projetos estão em condição de licitado, com contrato assinado, conforme quadro a seguir e muitos outros se encontram passando pelas etapas de estudo de viabilidade, audiências públicas, e processo de licitação.

Quadro 4 - Projetos de Parcerias Público –Privadas com contratos assinados no Piauí

Segmento do Projeto	Nome de referência	Modalidade do contrato	Empresa vencedora	Data de assinatura do contrato/ Termo de compromisso
Terminais Rodoviários	Projeto de Concessão dos Terminais Rodoviários de Teresina, Picos e Floriano, divididos em Lotes	Concessão	SINART – Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda.	03/12/2015
Central de Abastecimento – Hortifrutigranjeiro	Projeto Central de Abastecimento do Piauí – Teresina	Concessão	Brazilfruit Transportes Importação e Exportação Ltda.	03/05/2017
Saneamento	Projeto Subconcessão da Prestação de Serviços de Água e Esgoto de Teresina	Subconcessão ⁴	Águas de Teresina Saneamento SPE S/A.	22/03/2017
Tecnologia	Projeto Piauí Conectado	Concessão Administrativa	Globaltask Tecnologia e Gestão S/A.	05/06/2018
Social	Habitar Servidor	(*)	Macedo Fortes Empreendimentos Ltda.	29/07/2020
Esportivo	Centro de Formação de Atletas Ginásio Verdão	Concessão onerosa de uso do imóvel	SIM (Sistema Integrado de Mídias)	27/02/2019

Fonte: PIAUÍ (2020).

(*) Conforme a fonte consultada, a modalidade de contratação do projeto é por meio de formação Sociedade de Propósito Específico (SPE)

Conforme o Relatório de Gestão (PIAUÍ, 2019), a SUPARC acompanhou, por meio dos Comitês de Monitoramento e Gestão dos Contratos, a execução dos projetos já contratados e validou estudos referentes aos projetos de Concessão e PPPs, autorizados pelo Conselho Gestor de Parcerias (CGP), que estavam em sua lista de prioridade e cita, para além dos projetos acima arrolados, alguns outros: a Concessão de Uso do Centro de Convenções de Teresina, a Concessão de Uso do Terminal Turístico de Barra Grande, a Concessão de Uso do Piauí Shopping Center Modas, a Concessão de Uso do Complexo Hoteleiro Serra da Capivara, o Projeto de PPP – Mini-usinas de Energia Solar Fotovoltaica, a Concessão de Serviço Público do Parque Estadual Zoobotânico, a PPP Rodovia Transcerrados, a formalização de parceria com a iniciativa privada para o acolhimento e socialização dos idosos da Instituição de Longa Permanência da Vila do Ancião, em Teresina, e Abrigo São José, no município de Parnaíba; o Saneamento de Picos e Floriano, o Projeto de Ressocialização Presídio-Indústria e a PPP Escola de Tempo Integral.

Em Teresina, o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas foi instituído por meio da Lei N°3466, de 25 de novembro de 2005 durante a gestão do ex-prefeito Sílvio Mendes, a qual em seu artigo 4° afirma:

Art.4° As parcerias público-privadas de que trata esta Lei constituem contratos celebrados entre o Município e o particular, por meio dos quais, nos termos estabelecidos em cada caso, o particular pode participar da implantação, do desenvolvimento e assumir

⁴ A *subconcessão* é a transferência de parte do próprio objeto da concessão para outra empresa, e assim como a concessão, está submetida às normas do direito público e é celebrada por meio de contrato administrativo (DI PIETRO, 2009, p.110.)

a condição de encarregado de serviços, de atividades, de obras ou de empreendimentos públicos, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos e sendo remunerado segundo o seu desempenho na execução das atividades contratadas (TERESINA, 2005).

O Programa sob coordenação da Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias (SEMCOP) criada pela Lei Complementar N° 4.970 de 26 de dezembro de 2016, atualmente conta com doze projetos de PPPs na carteira, conforme disposto no Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas de Teresina (PMPPP).

Quadro 5 - Projetos de Parcerias Público –Privadas no âmbito do município de Teresina

Projetos	Modalidade do Contrato
Estacionamentos Públicos	Concessão Comum
Iluminação Pública	Concessão Administrativa
Manejo de Resíduos Sólidos	Concessão Administrativa
Usina de Energia Fotovoltaica	Concessão Administrativa
Mobiliário Urbano	Concessão Comum
Estádio Lindolfo Monteiro	Concessão Patrocinada
Eficiência Energética	Concessão Administrativa
Aeroporto	Concessão Administrativa
Cemitérios	Concessão Comum
Centro Logístico da Saúde	Concessão Administrativa
Parques Públicos	Concessão Administrativa
Bicicletas Compartilhadas	Concessão Comum

Fonte: Construído com base no PMPPP (TERESINA, 2017).

Obs: Grande parte desses projetos estavam em 2018 em fase de licitação e outros ainda em estudos de viabilidade.

Além dos projetos de PPPs com contratos firmados pelo governo do Estado do Piauí e pelo poder municipal em Teresina, ressalta-se que outros projetos de PPPs têm sido desenvolvidos por meio do governo federal e investidores estrangeiros, vide a venda da Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA)⁵, primeira das seis distribuidoras da Eletrobrás a ser leiloada na região Norte e Nordeste num amplo projeto de privatização do governo Temer. Figura-se na lista a expectativa de privatização das seguintes empresas: Boa Vista Energia (Roraima), Amazonas Distribuidoras (Amazonas), ELETROACRE (Acre), CERON (Rondônia) e a CEAL (Alagoas) (FREIRE, 2018).

Para Di Pietro (2009, p.123), a busca pelo lucro tem provocado ainda um desvirtuamento do instituto da concessão de serviço público, uma vez que a elevação das tarifas e impostos prejudica o usuário,

⁵ No dia 27 de julho de 2018, a CEPISA foi arrematada em leilão por lance único ofertado pela Equatorial Energia (*holding* que controla a Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR e a Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA). Foi a primeira das seis distribuidoras da Eletrobrás a serem privatizadas, não obstante à luta das entidades sindicais dos urbanitários e mesmo do governo do Estado (ALVARENGA et al., 2018).

ferindo os princípios da moralidade administrativa, do interesse público, da razoabilidade e o princípio da modicidade da tarifa. De acordo com a autora, tal desvio de poder pode ser praticado tanto pelas concessionárias quanto pelo poder público quando se estabelece o contrato de concessão, revelando o ônus que recai sobre o cidadão, que pode ser a condição para manter a atratividade das empresas concessionárias.

Considerações Finais

Longe de querer defender piamente o agente público na provisão de serviços essenciais e políticas públicas de forma ampla, ressalta-se que em ambos os modelos de gestão, público ou privado, pode haver ineficiência e outras lacunas, principalmente quando o elemento político atravessa e não raro confunde as responsabilidades ante o sucesso ou fracasso das políticas, obscurecendo as análises, por isso enfatizamos nossa preocupação em refletir como os diversos instrumentos de privatização são adotados em realidades específicas em contexto de globalização, neoliberalismo e inúmeros outros processos correlatos.

Uma destas transformações em curso no mundo contemporâneo são as Parcerias Público- Privadas, amplamente defendida pelos neoliberais e seus arautos enquanto estratégia de salvaguarda para as crises de acumulação do sistema capitalista e como a melhor forma de investimento, por sua flexibilidade e abrangência de atuação em áreas anteriormente restritas ao setor público. Eis o maior risco do modelo de parcerias público-privado, a permissibilidade jurídica para o setor privado atuar em serviços essenciais à coletividade, sob diversas formas. Em outras palavras, trata-se da consolidação das aspirações neoliberais de promover o Estado mínimo para não interferir nos negócios e máximo para investir nos projetos voltados à lucratividade do mercado.

Infere-se que o Piauí ao incorporar o modelo de PPPs está seguindo uma tendência nacional e globalizada de estratégia do capital em sublevar-se de uma crise estrutural, através de via neoliberal que somente se realiza relegando a classe trabalhadora à drásticas situações de perda de direitos em que o cidadão passa a consumidor. Com prazos contratuais de no mínimo 5 (cinco) anos e no máximo 35 (trinta e cinco) anos conforme as legislações que regem as parcerias público-privados nos âmbitos dos três poderes e considerando que no contexto piauiense são recentes as experiências, as conseqüências relacionadas despontam como um desafio à classe trabalhadora (terceirizações, flexibilização com novas formas de exploração do trabalho, perda de direitos trabalhistas, adoecimento, fragilização das lutas e articulações dos trabalhadores, risco de aumento da tarifa de serviços para os cidadãos etc.) e um desafio à pesquisa, ante a tarefa de analisar às mudanças em curso.

Referências

ALVARENGA, D.; LIS, L.; MELO, L. **Equatorial faz lance único em leilão e arremata a Companhia de Energia do Piauí**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/26/equatorial-compra-a-companhia-de-energia-do-piaui.ghtml> Acesso em: 26.jul.2018.

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UECE. Fortaleza, 1998.

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, E. et al. (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2016.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Paz e Terra. Rio de Janeiro 1995.

BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo da crise contemporânea. Xamã. São Paulo, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro de Empregados e Desempregados - CAGED**. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatori oSetorEco> Acesso em: 17.nov.2018.

BOTTO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. **A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo**: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Salvador, 2008. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091134410-.pdf> Acesso em: 2 nov. 2018.

COSTA, F. N. Variedades de capitalismo e bancos públicos. In: SADER, E. (Org.) **Se é público é para todos**: defender as empresas públicas é defender o Brasil. Laboratório de Políticas Públicas – LPP/UERJ. 2018.

GRAU, N. C. **Repensado o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Trad. Carolina A. Revan. Brasília, 1998.

DANTAS, E.G. De Collor à Temer: um país à venda. **Contra-Corrente**. Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE. Ano 06, N° 69 – agosto, 2016. Disponível em:
<http://www.afbnb.com.br/arquivos/files/Documentos/ATT00027.pdf> Acesso em: 11.nov.2018.

DIEESE. A Economia continua se movendo lentamente, mas crescem as ameaças de novo recuo. **Boletim de Conjuntura**. N°15, junho, 2018. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura015.html> Acesso em: 12.jul.2018a.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. Resultados Anuais até 2017. Síntese Metropolitana. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/annualSINTMET.html> Acesso em 11.jul.2018b.

DIEESE. Trabalho por conta própria cresce na crise, mas em piores condições. **Boletim Emprego em pauta**. N° 8, julho, 2018. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta8.html> Acesso em 12.jul.2018c.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas, 8. ed. Atlas. São Paulo, 2009.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Vozes. Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, A. **Leilão no Piauí**: Começa a privatização da Eletrobras. Esquerda Online. Disponível em:
<https://esquerdaonline.com.br/2018/07/27/leilao-no-piaui-comeca-a-privatizacao-da-eletobras/> Acesso em 15.nov.2018.

- HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. Loyola. São Paulo, 2008.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. Boitempo. São Paulo, 2011.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. **A economia brasileira em informações municipais**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f70f852b1457c7724e163cb0a0a4a7e.pdf Acesso em 27.jul.2018.
- IBGE. Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED). **Trabalho e rendimento (2012-2018)**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html> Acesso em: 12 ago.2020.
- LOJKINE, J. O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, p.31-46, 2007.
- MACAMBIRA, D. M. **Reestruturação produtiva na indústria do Piauí: o caso da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara**. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- MARTUSCELLI, D. E. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005.
- MELENEU NETO, J. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (Orgs) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez/UECE. Fortaleza, 1998.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Cortez. São Paulo, 2006.
- PANORAMA histórico das privatizações no Brasil desde a redemocratização até o governo Dilma. Disponível em: <http://agemt.org/contraponto/wp-content/uploads/2017/05/infogr%C3%A1fico-privatiza%C3%A7%C3%A3o-no-brasil.pdf> Acesso em: 12 ago.2020.
- PEREIRA, S. E. M. **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- PIAUI. Governo do Estado. **Relatório de Gestão Piauí 2019**. Teresina, 2019.
- PIAUI. Governo do Estado. **PPP Piauí**. Disponível em: <http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/> Acesso em: 13 ago.2020.
- POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** FLACSO Brasil. Boitempo. São Paulo, 2013.
- ROMBALDI, M. **Os sindicalistas nas entrelinhas: o caso do Sintetel pós-privatizações**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- ROSSO, S. D. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. Boitempo. São Paulo, 2017.
- SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. FLACSO Brasil. Boitempo. São Paulo, 2013.

SALES, P. G. **Análise da modernização da Administração Pública Estadual do Piauí focada na gestão de Recursos Humanos**. Dissertação de Mestrado. Orientação: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Teresina, 2009.

ILO – International Labour Organization. **World Employment and Social Outlook – Trends 2018**. Disponível em: http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf Acesso em: 08.nov.2018.

TEIXEIRA, F. J. S. Neodesenvolvimentismo: apologia da pobreza. In: MACÁRIO, E. et al. (Orgs.) **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2016.

TERESINA. Prefeitura de Teresina. Secretaria Municipal de Concessões e Parcerias. **Lei Nº3466, de 25 de novembro de 2005 que dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias...** Disponível em: <http://semcop.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/11/LEI-PPP-N%C2%BA-3.466-2005-compilada.pdf> Acesso em 26.jul.2018.

TERESINA. Prefeitura de Teresina. **Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas (PMPPP)**. Teresina, 2017. Disponível em: <http://semcop.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/11/Plano-de-Municipal-de-Parcerias-P%C3%ABablico-Privada-de-Teresina.pdf> Acesso em 25.jul.2018.